



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

LIVIA MARIA DA SILVA RODRIGUES

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GOVERNANÇA
CORPORATIVA E ÉTICA EMPRESARIAL**

MOSSORÓ

2025

LIVIA MARIA DA SILVA RODRIGUES

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GOVERNANÇA
CORPORATIVA E ÉTICA EMPRESARIAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Chaves Nobre

MOSSORÓ

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

R771m Rodrigues, Livia Maria da Silva Rodrigues.
Mapeamento da produção científica sobre
governança corporativa e ética empresarial / Livia
Maria da Silva Rodrigues Rodrigues. - 2025.
48 f. : il.

Orientador: Fábio Chaves Nobre Nobre.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Administração,
2025.

1. governança corporativa . 2. ética
empresarial. 3. transparência . 4.
responsabilidade. 5. sustentabilidade. I. Nobre,
Fábio Chaves Nobre, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

LIVIA MARIA DA SILVA RODRIGUES

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GOVERNANÇA
CORPORATIVA E ÉTICA EMPRESARIAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Defendida em: 20/03/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Chaves Nobre (UFERSA)
Presidente

Prof^ª.Dra. Liana Holanda Nepomuceno Nobre (UFERSA)
Membro Examinador

Prof. Dr. Anderson Queiroz Lemos (UFERSA)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado, protegido e abençoado em dias difíceis, e em todos os dias, sabedoria para conseguir passar pelos obstáculos da vida universitária.

A minha mãe, Alessandra Maria da Silva, que em meio a tanta dificuldade sempre rezou por mim e se fez presente apesar da distância. Me educou da melhor forma possível, ensinamentos esses que me tornaram uma pessoa respeitosa, educada e acima de tudo humilde. Quero um dia poder ter um terço do coração lindo que tens. Seu companheiro, Francisco Renildo, a família não só é aquela de sangue, mas quem se faz presente.

A meu pai, Flávio Erinaldo Rodrigues, que me incentivou a ingressar na universidade e esteve presente, apesar da distância, em todo o curso.

A minha irmã, Ana Flávia Rodrigues e meu cunhado, Caio Gabriel Alves de Lima. Pessoas que estão sempre dispostas a ajudar e que merecem todo sucesso e felicidade do mundo.

Aos meus primos, tios e amigos mais próximos, vocês foram essenciais para a realização desse sonho.

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), me proporcionou a oportunidade de residir na residência feminina e assim poder concluir o curso de Administração. Além da experiência nos projetos de pesquisa e todo o apoio dos professores do curso.

As minhas colegas de curso Amanda e Dávila (caladas vencem), juntas do início ao fim, mulheres fortes e capacitadas. Em meio a vida acadêmica, tornavam os dias melhores.

Ao Prof. Dr. Fábio Chaves Nobre, por toda a paciência e orientação. Aqui expresso minha mais profunda gratidão por tudo que fez por mim ao longo desse tempo, desde a orientação em projetos de pesquisa até a orientação do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Seu comprometimento com o ensino e a forma como se dedica a cada aluno é algo inspirador.

A vila feminina, em especial ao quarto 403, amadureci muito e pude ter o privilégio de conhecer e conviver com pessoas maravilhosas, Giovanna, Aline e no finalzinho Ana Lara. Quatro cidades diferentes, nos encontramos em Mossoró/RN. Todas com tarefas e cada uma na sua correria, mas no final do dia éramos nós quatro no 403.

A minha vovó, Maria de Lourdes da Silva Freitas, minha admiração, respeito e carinho. Como eu queria que fosse eterna. Sua força é inspiração. Exemplo de Fé e espelho pra vida.

A APSMOS/INSS (08.03.2023/07.03.2025), melhor estágio que poderia ter, lugar onde pude crescer profissionalmente e conhecer pessoas que marcaram minha vida.

Ao MR, onde tive a oportunidade de conhecer e ver o quão lindo é seu coração. Um bom filho, irmão, pai, companheiro e amigo. Ser humano de luz, sabedoria e humildade. Em meio a tanta aflição na vida universitária, era quem tornava os dias mais leves.

A minha cidade de Jaguaruana/CE, onde proporcionou locomoção ao longo desses anos, investindo na educação superior minha e de tantas outras pessoas.

Por fim, agradeço a cidade de Mossoró/RN, por todo acolhimento e por ter me permitido viver tantas experiências, conhecer pessoas e parcerias que contribuíram para que esta etapa se concretizasse.

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os planos serão bem-sucedidos”
(Provérbios 16:3).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral mapear a produção científica sobre governança corporativa e ética empresarial, identificando suas principais tendências e contribuições para o desenvolvimento organizacional. À medida que a procura por transparência e responsabilidade corporativa continua a crescer, a governança corporativa e a ética empresarial tornaram-se aspectos fundamentais da credibilidade e sustentabilidade corporativa. A pesquisa foi conduzida por meio da biblioteca eletrônica Spell e Google Acadêmico, a fim de revisar o que vem sendo estudado na literatura acadêmica. Os resultados mostram que a adoção de boas práticas de governança corporativa tem um impacto positivo na gestão empresarial, reduzindo riscos e aumentando a confiança das partes interessadas. Além disso, observou-se que a governança corporativa e a ética empresarial desempenham um papel fundamental relacionado às decisões estratégicas, contribuindo para o desempenho organizacional no longo prazo. Dessa forma, pode-se concluir que a governança corporativa e a ética empresarial são fundamentais para garantir a sustentabilidade e a competitividade das organizações.

Palavras-chave: governança corporativa; ética empresarial; transparência, responsabilidade, sustentabilidade, stakeholders.

ABSTRACT

This study aims to map the scientific production on corporate governance and business ethics, identifying their main trends and contributions to organizational development. As the demand for transparency and corporate responsibility continues to grow, corporate governance and business ethics have become fundamental aspects of corporate credibility and sustainability. The research was conducted through the Spell electronic library and Google Scholar, in order to review what has been studied in the academic literature. The results show that the adoption of good corporate governance practices has a positive impact on business management, reducing risks and increasing stakeholder confidence. In addition, it was observed that corporate governance and business ethics play a fundamental role related to strategic decisions, contributing to organizational performance in the long term. Thus, it can be concluded that corporate governance and business ethics are fundamental to ensuring the sustainability and competitiveness of organizations.

Keywords: corporate governance; business ethics; transparency, responsibility, sustainability, stakeholders.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temas utilizados para análise do trabalho.....	31
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Análise do Mapa de Rede.....	34
Figura 2 - Análise do Mapa de Sobreposição.....	36
Figura 3 - Análise do Mapa de Densidade do Item.....	37
Figura 4 - Análise do Mapa de Densidade do Conjunto.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GC - Governança Corporativa

ESG - Ambiental, Social e Governança

IBGE - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
1.2 PROBLEMÁTICA.....	14
1.3 OBJETIVOS.....	14
1.3.1 Objetivo Geral.....	14
1.3.2 Objetivos Específicos.....	14
1.4 JUSTIFICATIVA.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	16
2.2 PRÁTICAS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	17
2.3 PRÁTICAS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM OUTROS PAÍSES.....	18
2.4 MARCOS CONSTRUTIVOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	20
2.5 MODELOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	20
2.5.1 MODELO ANGLO-SAXÃO.....	20
2.5.2 MODELO EUROPEU.....	21
2.5.3 MODELO JAPONÊS.....	22
2.5.4 MODELO LATINO AMERICANO.....	22
2.6 ÉTICA EMPRESARIAL.....	23
2.7 FUNDAMENTOS DA ÉTICA EMPRESARIAL.....	25
2.8 PRÁTICAS E DESAFIOS DA ÉTICA EMPRESARIAL.....	26
3. METODOLOGIA.....	29
3.1 COLETA DE DADOS, AMOSTRA E PROCESSO DE AMOSTRAGEM.....	29
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	31
5. CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A governança corporativa (GC) e a ética empresarial emergem como pilares fundamentais no desempenho organizacional dos negócios, moldando não apenas a maneira como as empresas operam, mas também como são percebidas pela sociedade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), órgão responsável por criar o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa no Brasil, a governança corporativa é caracterizada como um conjunto de princípios, normas, estruturas e procedimentos que direcionam e supervisionam as entidades.

Conforme definição da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a governança corporativa consiste em um conjunto de práticas externas para a otimização do desempenho empresarial. Seu objetivo é proteger os interesses de todas as partes envolvidas, incluindo investidores, funcionários e credores, além de contribuir para a facilitação do acesso ao capital.

A ética empresarial está muito relacionada com o conceito de integridade. Com isso, casos de corrupção, envolvendo tanto o setor público quanto o privado, reforçaram a relevância do debate sobre valores e ética corporativa. Nesse contexto, a ética empresarial se manifesta por meio das práticas adotadas pelas organizações, refletindo-se na maneira como as decisões são tomadas com base na conduta dos relacionamentos e do meio social.

A preocupação com aspectos éticos se expressa de diferentes formas dentro das empresas, incluindo a implementação de políticas internas, a adoção de códigos de conduta corporativa, a definição de critérios para a avaliação de colaboradores, os canais de comunicação, bem como a elaboração de relatórios e demonstrativos que evidenciem práticas empresariais éticas. Os valores e costumes organizacionais são desenvolvidos ao

longo do tempo, moldados pelas rotinas, princípios e formas de interação dentro e fora do ambiente corporativo.

Sob essa perspectiva, a análise da produção científica relacionada à governança corporativa e à ética empresarial representa um instrumento relevante para medir o avanço e o impacto das pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. Esse mapeamento permite identificar as principais tendências, os campos emergentes e as lacunas existentes na literatura acadêmica.

Além disso, a identificação de áreas específicas por meio do mapeamento da produção científica contribui para a definição de estratégias mais eficazes por parte dos pesquisadores vinculados a instituições de ensino. Para esse tipo de análise, diversas metodologias são empregadas, incluindo abordagens quantitativas, revisões sistemáticas e meta-análises. Esse conjunto de investigações não apenas aprofunda o entendimento teórico sobre o tema, mas também oferece insights práticos que podem orientar futuras pesquisas na área.

1.2 PROBLEMÁTICA

Qual o panorama da produção científica brasileira sobre governança corporativa e ética empresarial?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

- Mapear a produção científica sobre governança corporativa e ética empresarial, identificando suas principais tendências e contribuições para o desenvolvimento organizacional.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Identificar os principais temas abordados na literatura acadêmica sobre governança corporativa e ética empresarial.

- Analisar a evolução da produção científica na área, considerando a distribuição temporal das publicações e a relevância dos estudos.
- Examinar a relação entre governança corporativa, ética empresarial e desempenho organizacional.
- Investigar como diferentes setores e contextos incorporam os princípios da governança corporativa e ética empresarial.

1.4. JUSTIFICATIVA

A pesquisa sobre governança corporativa e ética empresarial está ganhando cada vez mais destaque no âmbito acadêmico e organizacional. A governança corporativa define normas e procedimentos que assegurem a responsabilidade na administração das empresas, enquanto a ética empresarial direciona ações e decisões baseadas na integridade e no respeito aos stakeholders. Com o aumento do interesse em sustentabilidade e responsabilidade social empresarial, é crucial entender como esses tópicos estão sendo incorporados na literatura acadêmica.

A análise da produção científica acerca deste assunto possibilita a identificação das principais tendências e teorias empregadas nos estudos. Ademais, permite a avaliação das contribuições já realizadas. Esta análise bibliográfica auxilia na compreensão dos obstáculos e das melhores práticas na aplicação de uma governança corporativa e ética empresarial mais eficaz, reforçando a conexão entre empresas e a sociedade.

Assim, ao analisar os estudos já publicados, cientistas e profissionais podem embasar suas escolhas e táticas em evidências científicas. A pesquisa bibliográfica contribui para o desenvolvimento de novas estratégias e para a melhoria das políticas corporativas, fomentando uma cultura empresarial mais ética e transparente. Assim, o rastreamento da produção científica não só expande o entendimento sobre o assunto, como também promove práticas empresariais mais responsáveis e em sintonia com as expectativas da sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa já era discutida na década de 1950, porém, foi somente nos anos 1990 que o conceito ganhou reconhecimento global, consolidando-se com essa nomenclatura. Um marco importante ocorreu em 1992, quando a Inglaterra lançou o Código das Melhores Práticas da Cadbury Commission, conhecido como Cadbury Report, que estabeleceu diretrizes fundamentais para a governança corporativa.

No Brasil, o tema começou a ganhar relevância em 1995 com a criação do Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA). Posteriormente, em 1999, a instituição passou a se chamar Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Ainda nesse ano, em maio, foi publicado o primeiro código de melhores práticas de governança corporativa no país, reforçando a importância da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Para Backes et al., (2009), a governança corporativa emergiu como uma solução para os conflitos resultantes da distinção entre propriedade e controle nas empresas, particularmente nas grandes corporações, com o propósito de atenuar questões ligadas à disparidade de informações entre administradores e acionistas.

As práticas de governança corporativa consistem em um conjunto de diretrizes que estabelecem padrões de comportamento organizacional, visando atender às expectativas dos stakeholders e fortalecer a relação de confiança mútua entre a empresa e seus públicos de interesse. Nesse contexto, a literatura destaca diversos benefícios associados à adoção de boas práticas de governança. Para os investidores, essas práticas proporcionam vantagens como maior precisão na precificação das ações, aprimoramento dos mecanismos de supervisão e controle, maior segurança em relação aos direitos societários e redução dos riscos envolvidos. Do ponto de vista das empresas, a governança corporativa contribui para a valorização da imagem institucional, o aumento da demanda e do valor de suas ações, além da redução do custo de capital. Segundo Backes et al., (2009), o Código de Boas Práticas da Governança Corporativa enfatiza a relevância na

ligação com os stakeholders, o que, conseqüentemente, impacta diretamente a habilidade da empresa de alcançar suas metas e garantir sua continuidade.

2.2 PRÁTICAS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) desenvolveu o primeiro código de melhores práticas de governança corporativa em 1999, com o suporte da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). O IBGC é amplamente reconhecido, tanto a nível nacional quanto internacional, como um dos principais impulsionadores da implementação e fortalecimento do conceito de governança corporativa no país. Ademais, seu trabalho tem desempenhado um papel crucial na valorização e propagação das boas práticas, estimulando um número cada vez maior de companhias brasileiras a adotá-las como tática para aprimorar sua administração e sustentabilidade. (Backes et al. 2009).

Quanto à transparência, o código enfatiza que a administração não só deve atender à "obrigação de informar", mas também cultivar o "desejo de informar". Isso implica que uma comunicação clara, rápida e aberta, tanto entre os membros da organização quanto com partes externas, é fundamental para reforçar a confiança interna e nas interações com os outros. Ademais, a comunicação empresarial deve ir além da divulgação de resultados econômicos e financeiros, englobando outros aspectos importantes, como fatores intangíveis que direcionam as atividades da empresa e favorecem a geração de valor sustentável. (Backes et al. 2009).

O código também trata da responsabilidade empresarial, destacando que conselheiros e gestores devem assegurar a sustentabilidade e a longevidade das empresas, integrando elementos sociais e ambientais na criação de negócios e operações. A responsabilidade empresarial é uma visão mais abrangente da estratégia empresarial, englobando todas as interações da empresa com a comunidade onde está inserida. Portanto, o papel social da organização deve abranger a criação de riqueza, a geração de

oportunidades de trabalho, a capacitação e a diversidade da mão de obra, bem como o estímulo ao avanço científico através da tecnologia. Também engloba o aprimoramento da qualidade de vida através de ações educacionais, culturais, assistenciais e ambientais, além da valorização da contratação de recursos oriundos da comunidade local. (Backes et al. 2009).

Por outro lado, a equidade diz respeito ao tratamento equitativo e imparcial de todos os grupos minoritários, sejam eles acionistas ou outras partes interessadas, tais como funcionários, clientes, fornecedores e credores. Qualquer conduta ou política discriminatória, independentemente da razão, é vista como inadmissível de acordo com os princípios da governança corporativa. (Backes et al. 2009).

Da mesma maneira os encarregados da governança corporativa devem prestar contas com seus eleitores sobre suas ações, assumindo total responsabilidade por todas as decisões e ações tomadas durante o cumprimento de seus mandatos. (Backes et al. 2009).

2.3 PRÁTICAS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM OUTROS PAÍSES

As práticas de governança corporativa variam consideravelmente entre os países, espelhando as disparidades culturais, econômicas e regulatórias presentes em cada cenário. Nos Estados Unidos, a governança é fortemente moldada por normas estritas, como a Lei Sarbanes-Oxley de 2002, que foi atualizada após grandes escândalos empresariais. Este marco regulatório destaca a clareza financeira e o dever dos diretores, incentivando a formação de conselhos de administração com integrantes independentes. A cultura da "prioridade do acionista" é predominante, o que significa que as decisões de negócios geralmente visam maximizar o valor para os acionistas.

Na União Europeia, as orientações sobre governança são condicionais a um nível supranacional, contudo, a sua aplicação pode diferir entre os países membros. O Código de Governança Corporativa da União Europeia define diretrizes que destacam a equidade,

a transparência e a salvaguarda dos direitos dos acionistas. Países como a Alemanha implementam o modelo de co-determinação no qual os funcionários possuem assento no conselho administrativo, demonstrando uma perspectiva mais inclusiva. Por outro lado, o Reino Unido é famoso pelo seu Código de Governança, que valoriza a independência e a diversidade dos conselhos, incentivando a prática de "cumprir ou justificar", onde as empresas devem funcionar. De acordo com VEIGA (2006), apesar de a função da controladoria poder variar em cada empresa, dependendo do modelo de administração da mesma e das particularidades do seu país de origem, a essência da governança corporativa é encontrada em organizações de várias partes do mundo. Essa circunstância motivou a realização de uma pesquisa sobre a atuação deste campo em empresas de países que têm uma estrutura de governança corporativa estabelecida. Esses países, ao longo dos anos, desenvolveram modelos que, segundo Shleifer e Vishny (1997), são os mais relevantes globalmente, com variações mínimas quando comparados aos demais.

Nos países em desenvolvimento, as práticas de governança corporativa, ainda vem enfrentando desafios frequentemente originados de estruturas regulatórias menos robustas e da falta de transparência. No entanto, observa-se um aumento progressivo da importância de uma governança eficiente para atrair investimentos e fomentar o crescimento econômico. Organizações internacionais, como o Banco Mundial, dedicam-se a ajudar esses países a estabelecer estruturas de governança corporativa que valorizam a transparência, a responsabilidade e a participação dos interessados. Assim, embora as práticas de governança corporativa possam diferir significativamente dependendo do contexto local, a tendência global aponta para um enfoque mais acentuado na responsabilidade. A Governança corporativa é caracterizada como um conjunto de estratégias voltadas para a administração das empresas. As diretrizes institucionais que direcionam as relações entre os acionistas e a gestão das empresas adquirem relevância em países que sofrem mudanças na estrutura de propriedade e gestão das empresas, além de um maior acesso dos investidores ao mercado de capitais. (VEIGA, 2006).

2.4 MARCOS CONSTRUTIVOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A evolução da governança corporativa no Brasil foi marcada por momentos significativos que influenciaram seu progresso. O primeiro grande progresso ocorreu com a elaboração do Código das Práticas de Governança Corporativa em 1999 pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que estabeleceu orientações essenciais para a administração de empresas no Brasil. Outro acontecimento significativo foi o estabelecimento do Novo Mercado pela B3 em 2000, que incentivou as empresas a implementarem altos padrões de governança corporativa para atrair investidores, com normas mais estritas de transparência e supervisão financeira. A implementação da Lei Sarbanes-Oxley nos Estados Unidos em 2002 também impactou as práticas no Brasil, impulsionando o desenvolvimento de normas de controle e auditoria mais sólidas. Em seguida, a Lei no 13.303/2016, também chamada de Lei das Estatais, estabeleceu normas específicas para as empresas públicas com ênfase na eficácia e clareza. Estes acontecimentos estabeleceram a governança corporativa como um alicerce estratégico para a competitividade e sustentabilidade das organizações.

2.5 MODELOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.5.1 MODELO ANGLO-SAXÃO

O modelo anglo-saxão da governança corporativa, amplamente implementada em nações como Estados Unidos e Reino Unido, é marcada pela distinção nítida entre propriedade e controle, com os acionistas exercendo um papel específico nas decisões da empresa. Esse modelo é voltado para o mercado e enfatiza a maximização do valor para os investidores. A governança é controlada por um conselho de administração independente e por rigorosos padrões, incentivando uma administração profissional e voltada para resultados financeiros imediatos. De acordo com VEIGA (2006), O modelo anglo-saxônico de gestão empresarial é predominante nos Estados Unidos e no Reino Unido, destacando-se pela intensa participação do mercado de capitais como principal meio de financiamento das empresas. Neste modelo, os acionistas têm um papel crucial, com o objetivo de maximizar o retorno de seus investimentos. A distinção entre propriedade e controle é clara, e os administradores possuem liberdade para tomar decisões estratégicas, contanto que estejam em consonância com os interesses dos

acionistas. Este modelo é fundamentado na transparência e na prestação de contas, utilizando mecanismos como auditorias independentes e conselhos de administração compostos por membros externos. Neste modelo, a administração executiva é encarregada de gerir as atividades da companhia, enquanto o conselho de administração serve como um órgão de supervisão, assegurando que os interesses dos acionistas sejam colocados em primeiro lugar. A gestão é focada na maximização do benefício para os acionistas. Esta estratégia atrai investimentos e cria um ambiente de negócios que valoriza a eficácia do mercado de capitais, apesar de também ter recebido críticas por sua inclinação a dar prioridade a resultados financeiros de curto prazo.

2.5.2 MODELO EUROPEU

Neste modelo, a concentração de controle é frequente, com grandes acionistas exercendo um papel fundamental na gestão da empresa. A principal característica do sistema de conselhos de supervisão é a inclusão de representantes dos empregados e outros interessados, permitindo uma participação mais ativa na tomada de decisões. Segundo VEIGA (2006), o modelo europeu, particularmente o germânico, implementa uma estrutura de governança fundamentada na participação ativa de partes interessadas, tais como bancos, funcionários e fornecedores. Em contraste com o modelo anglo-saxão, que prioriza o lucro dos acionistas, o modelo europeu procura um equilíbrio entre os interesses dos vários participantes da organização. Uma particularidade notável é a existência do sistema de co-determinação, onde os funcionários têm a oportunidade de ocupar assentos no conselho de administração, contribuindo para o processo de tomada de decisões. Ademais, os bancos costumam desempenhar um papel significativo no financiamento e na gestão das empresas. Esta organização busca equilibrar os interesses dos acionistas com os de outros grupos relevantes, promovendo uma gestão corporativa que priorize a sustentabilidade e a responsabilidade social a longo prazo.

2.5.3 MODELO JAPONÊS

A estrutura única do modelo japonês de governança corporativa, conhecido como modelo keiretsu, é marcada por uma interconexão sólida entre empresas, bancos e outras entidades financeiras. Neste sistema, as atividades em rede promovem a cooperação e a fidelidade recíproca entre os participantes, ao invés de buscar a maximização imediata do valor adicionado. Os bancos têm um papel fundamental no financiamento e na gestão empresarial, contribuindo para a estabilidade e a continuidade das atividades empresariais. Segundo VEIGA (2006), a principal característica do modelo japonês de governança corporativa é a estreita ligação entre empresas, instituições financeiras e o governo, constituindo o sistema denominado keiretsu. Neste modelo, as companhias costumam ter participações acionárias cruzadas, minimizando a influência dos acionistas individuais e fomentando a estabilidade no controle da empresa. Ademais, a cultura corporativa japonesa valoriza a fidelidade e o comprometimento duradouro, seja entre gestores e colaboradores, seja nas relações comerciais. Contudo, a governança no Japão enfrenta desafios para balancear os interesses dos acionistas com os de outros participantes, como empregados e credores.

2.5.4 MODELO LATINO AMERICANO

O modelo de governança corporativa latino-americano possui características híbridas, sendo influenciado tanto pelo modelo anglo-saxão quanto pelo europeu-continental, espelhando a realidade das economias emergentes da região. Neste formato, a governança é comumente caracterizada pela centralização de poder em empresas familiares gerando desafios significativos para a salvaguarda dos direitos dos acionistas minoritários. Embora haja um aumento na implementação de padrões de governança reconhecidos internacionalmente, como os princípios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), muitas companhias na América Latina ainda lidam com problemas ligados à transparência e à prestação de contas. VEIGA (2006), acrescenta que o modelo latino-americano de governança corporativa ainda está em evolução e possui características híbridas, combinando elementos dos modelos anglo-

saxônicos e europeus. Em diversos países latino-americanos, as empresas têm uma estrutura de propriedade concentrada, geralmente sob o controle de famílias ou do governo. Isso pode provocar problemas ligados à clareza e à salvaguarda dos direitos dos acionistas minoritários. Nos anos recentes, várias nações da América Latina têm progredido na implementação de boas práticas de governança, impulsionadas por entidades reguladoras e pelo crescimento da presença de investidores internacionais.

2.6 ÉTICA EMPRESARIAL

A ética nos negócios têm suas origens na filosofia moral da Antiguidade, demonstrando um interesse crescente em questionar a moralidade e a responsabilidade nas interações humanas. Filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles foram os primeiros a refletir sobre virtudes e ações corretas, lançando as fundações para o debate ético que se estenderia até a esfera empresarial. Segundo MONTEIRO ET AL (2005), as organizações não apenas exercem um papel econômico, mas também um papel ético na sociedade. Portanto, a ética no ambiente de negócios deve ser refletida nas regras e princípios de uma empresa, atuando como um acordo social onde os membros se comportam de forma harmoniosa, considerando os interesses alheios. Com o advento da Revolução Industrial, as interações comerciais se tornaram mais intrincadas, demandando uma nova compreensão sobre a responsabilidade das organizações perante seus variados stakeholders. O século XX foi um marco na ética empresarial, particularmente após acontecimentos como a Grande Depressão, que evidenciaram a demanda por regulamentação e supervisão das práticas empresariais. Neste cenário, surgiram pensadores como Peter Drucker, argumentando que as empresas deveriam transcender a simples procura por lucros e incluir aspectos sociais e ambientais em suas decisões estratégicas.

A partir dos anos 70, o conceito de responsabilidade social corporativa (RSC) ganhou destaque, motivando as corporações a incorporarem práticas éticas e sustentáveis em sua identidade empresarial. Esta progressão resultou na criação de códigos de ética e

programas de conformidade, com o objetivo de assegurar que as atividades empresariais fossem orientadas por princípios como integridade. Com a globalização e a interligação das economias, temas éticos como direitos humanos, práticas laborais equitativas e sustentabilidade ambiental se tornaram essenciais para a credibilidade e o êxito das instituições. Portanto, a ética no ambiente de negócios não é meramente um princípio normativo, mas uma exigência prática que orienta o comportamento das organizações em um mundo em constante mudança, demandando uma análise constante e ponderada das consequências sociais e éticas das escolhas empresariais. Belle (2017) afirma que a ética empresarial é um tópico que interessa tanto aos pesquisadores quanto aos profissionais do setor empresarial. Ela acrescenta que o propósito da ética empresarial é orientar sobre o que pode ser considerado adequado, socialmente e juridicamente. Complementando essa afirmação, Machado Filho (2006), defende que a atividade empresarial inclui uma dimensão ética que se integra às suas vertentes econômica e jurídica.

A ética nos negócios se baseia na avaliação de princípios morais que direcionam a conduta das empresas e de seus interessados no cenário econômico. Segundo Silva e Gomes (2008), o Código de Ética nas Empresas tem se mostrado um instrumento essencial de controle gerencial, auxiliando na convergência de objetivos entre diversos stakeholders, como funcionários e investidores. A ética é definida como um conjunto de regras que orientam o comportamento empresarial e procura estabelecer orientações sobre obrigações legais, incentivando a responsabilidade social e o respeito recíproco. A progressão histórica da ética empresarial pode ser entendida através do cruzamento entre a teoria ética convencional e as práticas comerciais atuais.

2.7 FUNDAMENTOS DA ÉTICA EMPRESARIAL

A preocupação com a ética no ambiente empresarial ganhou relevância na década de 1960. Na Alemanha, esse debate esteve diretamente ligado a uma nova estrutura organizacional que passou a incluir os trabalhadores na gestão das empresas, por meio de conselhos administrativos. Nos Estados Unidos, ainda que de maneira mais pontual,

alguns pesquisadores começaram a aplicar conceitos de ética empresarial no cotidiano das organizações, testando suas teorias na prática. Como resultado dessas experiências, surgiu uma nova abordagem dentro do campo da ética: a ética empresarial. (Azevedo et al., 2014). Já na década de 1990, os estudos sobre o tema avançaram significativamente no meio acadêmico, com pesquisas mais aprofundadas e a formação de redes de intercâmbio. O compartilhamento de informações por meio de publicações especializadas, como revistas e enciclopédias, principalmente nos EUA e na Alemanha, contribuiu para a disseminação global da ética empresarial. Esse movimento impulsionou a consolidação dos conceitos e sua incorporação efetiva às práticas organizacionais.

O conceito de responsabilidade social corporativa (RSC) incorpora aspectos éticos nas estratégias de negócios, destacando a relevância das empresas agirem em prol da sociedade e do meio ambiente. Modelos de RSC, como o modelo de partes interessadas, destacam a importância de balancear os interesses de acionistas, funcionários, clientes e comunidades. Para Silva & Gomes (2008), isso mostra que as empresas desempenham um papel relevante na promoção do bem-estar social e na redução de efeitos adversos resultantes de suas operações.

Um código de ética empresarial é um documento importante que define diretrizes que orientam o comportamento e as decisões de uma empresa. Servem de guia para os colaboradores, incentivando a integridade, a responsabilidade e o respeito nas interações interpessoais e no ambiente de trabalho. Os autores ressaltam que um sistema de controle gerencial eficiente deve contemplar capacitações que auxiliem os colaboradores a enfrentar dilemas éticos, além de auditorias frequentes para verificar a efetividade das novas políticas de ética, (Silva & Gomes, 2008). Esses códigos ajudam a prevenir práticas prejudiciais e a manter um ambiente de trabalho saudável, estabelecendo padrões claros de comportamento.

A conexão entre os stakeholders e a ética empresarial permite que as decisões de negócios impactem diferentes grupos, como acionistas, funcionários, clientes e comunidades. A ética de interagir com as partes interessadas envolve considerar as suas necessidades e expectativas e incentivar o diálogo franco e claro. Silva e Gomes (2008),

defendem que a ética empresarial é fundamental para assegurar que as organizações levem em conta as expectativas de seus stakeholders, balanceando os interesses de diversos grupos, tais como acionistas, colaboradores e comunidades. As organizações que adotam uma postura ética incentivam um diálogo claro e asseguram que as necessidades de todos sejam atendidas, ultrapassando a busca pelo lucro e se concentrando na geração de valor coletivo e em relações responsáveis.

2.8 PRÁTICAS E DESAFIOS DA ÉTICA EMPRESARIAL

A ética empresarial em conexão com sustentabilidade ressalta a importância de as empresas implementarem práticas que preservem tanto o ambiente natural quanto as comunidades onde estão inseridas. Segundo Baier et al. (2020) relatam que a implementação de normas de conduta e governança é fundamental para preservar a supervisão da entidade. Essas práticas não só asseguram a lei, como também são sugeridas para o êxito e a persistência da organização em um mercado concorrido. A ética nos negócios requer que as organizações levem em conta as repercussões sociais e ambientais de suas ações, enfatizando o desenvolvimento sustentável como um princípio fundamental em suas táticas. Práticas de negócios sustentáveis, tais como a diminuição das emissões de carbono e a utilização consciente de recursos naturais, são fundamentais para atenuar efeitos adversos e auxiliar na construção de um futuro mais sustentável. Neste cenário, a ética corporativa se apresenta como um estímulo para a inovação e a responsabilidade ecológica.

A era digital apresentou diversos desafios éticos que afetam diretamente as práticas de negócios, incluindo questões ligadas à privacidade, à proteção de dados e ao uso consciente da tecnologia. Práticas baseadas na integridade, respeito e transparência são fundamentais para consolidar um ambiente organizacional ético e responsável. Além disso, o papel da liderança é essencial nesse contexto, uma vez que o comportamento dos gestores influencia diretamente a cultura organizacional e a adoção de boas práticas por toda a equipe, Baier et al. (2020). Com o aumento da dependência de sistemas digitais, as

organizações se deparam com dilemas éticos consideráveis sobre como recolher, guardar e usar dados pessoais de forma transparente e segura. Ademais, o crescimento da inteligência artificial suscita inquietações acerca da tomada de decisões automatizadas e a possibilidade de triunfos algorítmicos.

A ligação entre ética e lucro é um ponto chave na discussão da responsabilidade corporativa, desafiando a ideia tradicional de que o objetivo principal dos negócios é maximizar os lucros. Observa-se que empresas que se comportam de forma ética e responsável tendem a alavancar a liderança do consumidor e a confiança dos investidores para alcançar um desempenho financeiro superior a longo prazo. De maneira geral, a ética abrange um conjunto de princípios fundamentais. Valores como justiça, integridade, equidade e transparência são essenciais para orientar a conduta humana tanto no convívio social quanto nas relações organizacionais. Não por acaso, a governança corporativa se estrutura sobre fundamentos éticos universais, que buscam garantir a responsabilidade e a transparência nas práticas empresariais. Azevedo et al. (2014)

As relações laborais constituem um elemento fundamental da ética corporativa, incluindo práticas de recrutamento, seleção e tratamento dos funcionários. A ética profissional requer que as organizações assegurem a igualdade, a diversidade e o respeito aos direitos dos funcionários, fomentando um ambiente de trabalho inclusivo e salutar. A ética profissional abrange um conjunto de valores e princípios que orientam a conduta dos indivíduos dentro das organizações, refletindo diretamente na forma como os colaboradores interagem entre si e com os clientes, Baier et al. (2020). Temas como assédio, discriminação e condições de trabalho equitativas são essenciais para estabelecer uma cultura ética nas organizações. Ademais, o incentivo ao bem-estar e ao crescimento profissional dos funcionários demonstra a dedicação da organização à responsabilidade social, resultando em um efeito positivo tanto na produtividade quanto na retenção de talentos.

A ética, enquanto princípio norteador das relações humanas e organizacionais, desempenha um papel essencial na construção de um ambiente profissional equilibrado e sustentável. A adoção de condutas éticas não apenas fortalece a confiança entre os

stakeholders, mas também contribui para a perenidade dos negócios. Conforme apontam Baier, Alievi e Bortolaso (2020, p. 160), a ética e a integridade corporativa são elementos fundamentais para a criação de valor nas organizações, impactando diretamente na maneira como gestores e colaboradores tomam decisões e se relacionam com o mercado. Dessa forma, o compromisso com a ética deve ser um princípio estruturante em qualquer organização que busca crescimento sustentável e reconhecimento no setor em que atua.

3. METODOLOGIA

3.1 COLETA DE DADOS, AMOSTRA E PROCESSO DE AMOSTRAGEM

O estudo utilizou uma metodologia bibliográfica e descritiva com o objetivo geral de mapear a produção científica sobre governança corporativa e ética empresarial, identificando suas principais tendências e contribuições para o desenvolvimento organizacional. Para isso, foram examinados 27 documentos, incluindo artigos acadêmicos, casos de ensino e resumos de teses. Os dados foram obtidos em base de dados confiáveis, como a biblioteca eletrônica virtual Spell e Google Acadêmico. Foram utilizadas palavras-chave previamente definidas e alinhadas ao tema da pesquisa, garantindo a coerência e a abrangência da coleta de dados.

A análise descritiva baseou-se na classificação dos documentos segundo variáveis como área do conhecimento, abrangendo os campos de administração, administração pública, contabilidade e economia. Esse procedimento ajudou a identificar tendências na produção científica, evidenciando um crescimento no volume de publicações nos últimos anos, bem como a predominância de estudos empíricos que exploram a relação entre práticas de governança corporativa e ética empresarial.

Para a organização dos dados, utilizou-se o software Mendeley, por meio do qual foram categorizadas informações essenciais de cada documento, incluindo título, resumo, palavras-chave, ano de publicação, volume e autores. Posteriormente, os dados foram processados no software Vosviewer, permitindo a criação e visualização de mapas de análise baseados em palavras-chave extraídas dos estudos.

O Vosviewer gerou quatro tipos de mapas:

FIGURA 1 - MAPA DE REDE – Representa os conjuntos de palavras-chave e as conexões divergentes entre eles, evidenciando relações e associações no campo de estudo.

FIGURA 2 - MAPA DE SOBREPOSIÇÃO (ANÁLISE TEMPORAL) – Demonstra a evolução dos temas ao longo do tempo, destacando os assuntos mais treinados em diferentes períodos.

FIGURA 3 - MAPA DE DENSIDADE DO ITEM – Enfatiza os termos mais recorrentes, permitindo visualizar a frequência e relevância das palavras-chave utilizadas.

FIGURA 4 - MAPA DE DENSIDADE DO CONJUNTO – Apresenta agrupamentos de termos inter-relacionados, possibilitando a identificação de áreas de maior concentração de estudos.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para isso, os dados foram organizados de maneira clara e sistemática, permitindo uma compreensão das informações levantadas. A análise foi realizada a partir do material coletado, incluindo artigos científicos, casos de ensino e resumos de teses, e fundamentada na utilização do software Vosviewer para a geração de mapas de palavras-chave, fornecendo uma visualização detalhada das tendências e conexões entre os temas abordados na literatura.

Dessa forma, os resultados apresentados reforçam a relevância da governança corporativa e da ética empresarial como elementos fundamentais para a sustentabilidade e a transparência nas organizações. A análise dos mapas de palavras-chave possibilitou uma visão abrangente das tendências acadêmicas, permitindo identificar os temas mais estudados e apontar áreas ainda pouco exploradas. Esses achados são apresentados para o avanço do conhecimento na área e fornecem subsídios para pesquisas futuras que podem ampliar a compreensão sobre as dinâmicas da governança corporativa em diferentes contextos. A seguir mostra os documentos utilizados na pesquisa e a análise de cada cluster (conjunto de palavras), através das figuras.

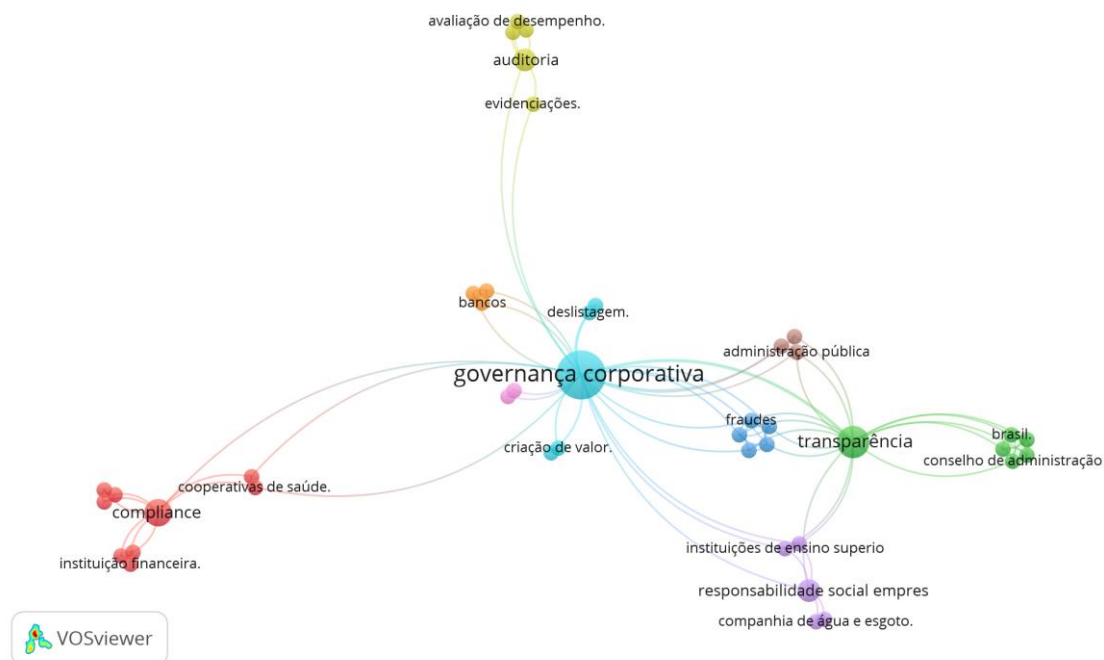
Quadro 1 - Temas utilizados para análise do trabalho.

Temas
Análises do código de conduta das instituições financeiras da BM & FBovespa à luz das recomendações do instituto brasileiro de governança corporativa.
Código de conduta: grau de adesão às recomendações do IBGC pelas empresas listadas na BM & FBovespa.
Governança corporativa e performance organizacional: descrição de estudos sobre o tema.
Ética e integridade corporativa: análise em uma empresa multinacional.

Governança corporativa: uma análise da aplicabilidade dos seus conceitos na administração pública.
Deslistagem de companhias brasileiras listadas na bolsa de valores: evidências empíricas sobre governança corporativa.
Contribuições dos programas de compliance nas iniciativas de ESG em três cooperativas do sistema UNIMED.
Governança corporativa: solução, paliativo ou modismo?.
A influência da gestão ambiental na imagem organizacional perante os stakeholders: uma indústria têxtil de Minas Gerais.
Planejamento estratégico e auditoria de gestão: similaridade com o modelo COSO.
A gestão do compliance em instituições de saúde.
Uma década de evolução de Governança corporativa no Brasil.
Responsabilidade social empresarial: classificação das instituições de ensino superior em reativas ou estratégicas sob a ótica da governança corporativa,
A institucionalização das práticas de responsabilidade social: um estudo de água e esgoto do Ceará.
Os mecanismos de auditoria evidenciados pelas empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa e no novo mercado da Bovespa.
Necessidade de estrutura de compliance nas instituições financeiras.
Práticas de governança corporativa e indicadores de performance dos clubes de futebol: uma análise das relações estruturais.
Teoria dos stakeholders: um estudo bibliométrico de sua produção acadêmica divulgada nos periódicos nacionais de 1999 a 2013.

20 anos do escândalo corporativo da ENRON: uma análise de sua produção científica à luz da análise de redes sociais.
Inovação responsável no âmbito da gestão e negócios.
O uso de código de conduta ética como instrumento de controle gerencial: estudo de casos em empresas internacionalizadas.
Revistando o marketing digital.
Análise da dinâmica do funcionamento do Conselho de Administração na perspectiva de conselheiros: (Des)construindo as racionalidades dos discursos dos atores.
Governança corporativa em cooperativas de saúde: um estudo de caso na Unimed Fortaleza.
Estudo bibliométrico de teses e dissertações de programas stricto sensu em administração sobre responsabilidade social empresarial.
Stakeholders e sustentabilidade: produção científica internacional e nacional entre 1998 e 2011.
Governança corporativa na estrutura conceitual do relato integrado: divulgações das instituições bancárias brasileiras.

Figura 1 - Análise do Mapa de Rede



A governança corporativa é um tema central tanto com base na figura como nos estudos acadêmicos, abrangendo diversas áreas. O mapeamento apresentado na figura evidencia a relação entre esses conceitos, destacando a interconectividade dos principais temas que compõem o debate sobre governança e ética empresarial.

No núcleo do mapa, a governança corporativa aparece como o eixo central, mostrando ter o maior número de ligações, possuindo 9 ocorrências, 26 ligações e força total de ligações totalizando 28. Assim como mostra os estudos de Governança Corporativa, destacando principais aspectos correlacionados, como o pilar essencial para o fortalecimento das organizações e a construção de confiança entre stakeholders. A transparência se relaciona diretamente com o conselho de administração, órgão responsável por supervisionar e garantir a adoção de boas práticas de governança. Além disso, há uma conexão com o combate a fraudes, pois a transparência contribui para mitigar riscos e assegurar maior integridade nos processos internos. Outro ponto relevante

é sua aplicação na administração pública, demonstrando que a governança corporativa não se limita ao setor privado, mas também desempenha um papel importante na gestão pública, assim como mostra nos estudos sobre planejamento estratégico e auditoria de gestão.

Outro grupo relevante dentro dos estudos está relacionado a compliance, que tem papel fundamental na garantia do cumprimento de normas e regulamentos. A compliance se mostra especialmente relevante para instituições financeiras, que operam em um ambiente altamente regulado, exigindo mecanismos rigorosos para prevenir infrações e irregularidades. Da mesma forma, o setor da saúde, representado pelas cooperativas de saúde, também demanda altos padrões de conformidade para assegurar boas práticas éticas e regulatórias, garantindo a qualidade dos serviços prestados.

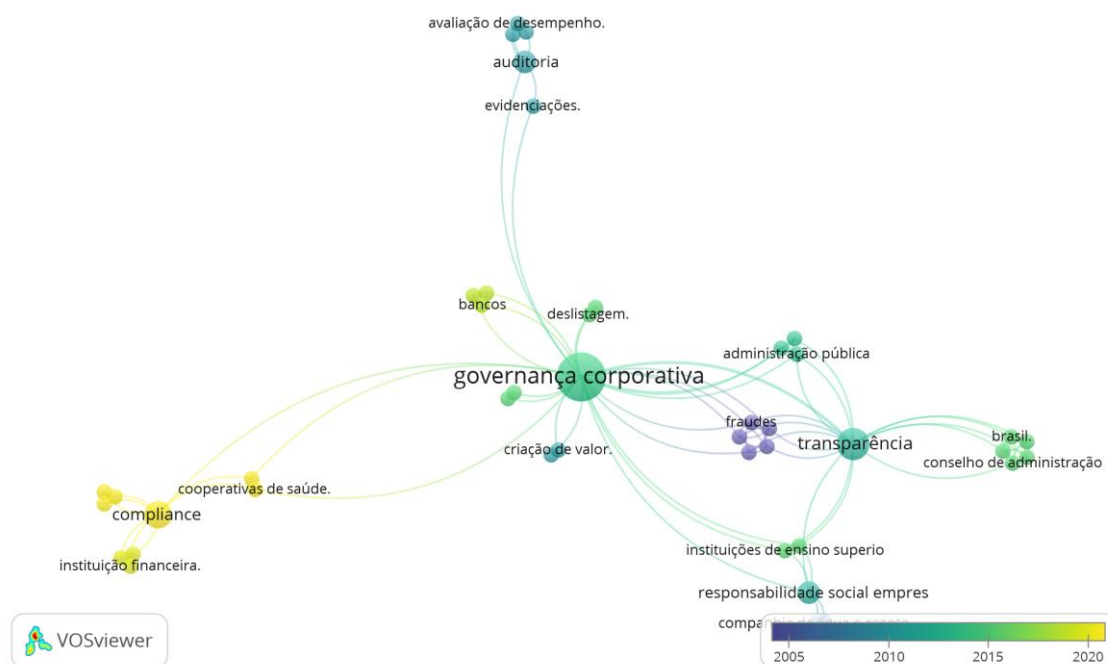
A auditoria está diretamente ligada à evidenciação de informações, garantindo que as empresas apresentem relatórios claros e precisos sobre sua gestão financeira e operacional, como mencionado planejamento estratégico e auditoria de gestão. Já a avaliação de desempenho se conecta com esse processo, permitindo que as empresas analisem sua eficiência e tomem decisões estratégicas baseadas em dados concretos. Essa inter-relação reforça a importância de auditorias independentes e de sistemas de monitoramento contínuo para garantir que as empresas atuem de forma ética e eficiente.

No setor financeiro, os temas bancos e deslistagem aparecem como áreas de interesse na pesquisa sobre governança corporativa. Os bancos, devido à sua importância sistêmica, são fortemente impactados pelas práticas de governança, uma vez que falhas nesse setor podem gerar crises econômicas e instabilidade nos mercados. Já a deslistagem, refere-se à retirada de empresas do mercado de ações. Esse aspecto ressalta a relevância de boas práticas de governança para manter a confiança dos investidores e assegurar a estabilidade do mercado de capitais, de acordo com observações sobre o estudo de Deslistagem de Companhias Brasileiras listadas na Bolsa de Valores.

Por fim, a criação de valor aparece como um conceito-chave no mapeamento, demonstrando que a governança corporativa não se limita à mitigação de riscos e ao

cumprimento de regulamentos, mas também tem um papel fundamental no crescimento sustentável das empresas.

Figura 2 - Análise do Mapa de Sobreposição

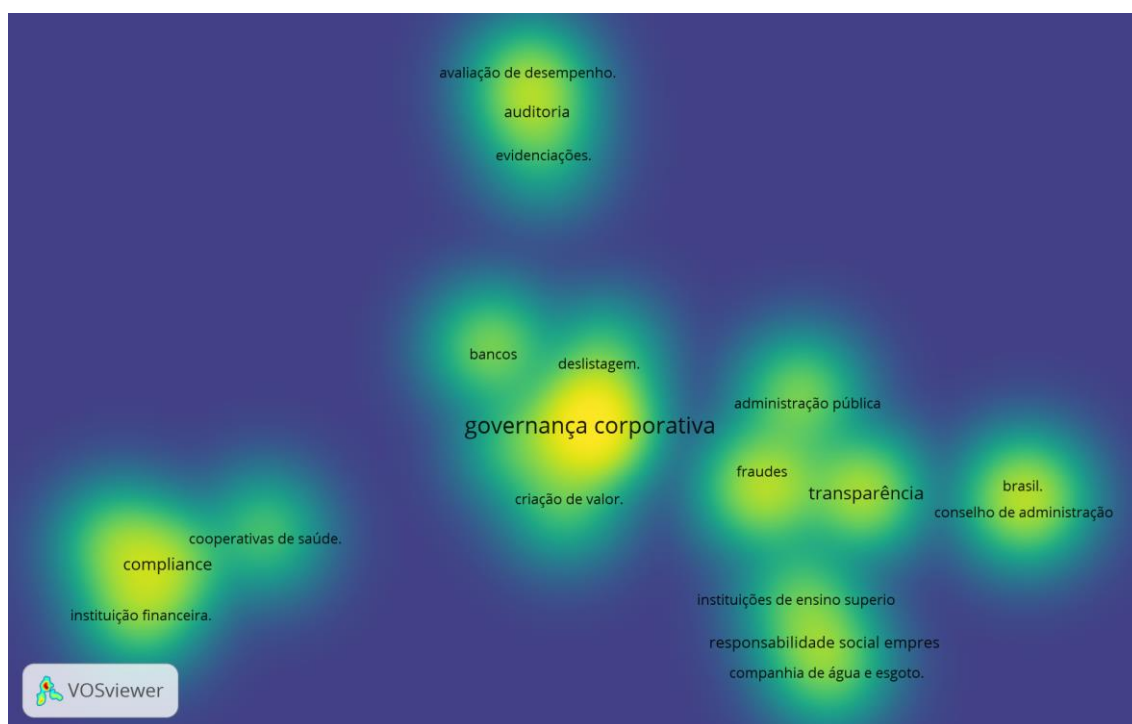


A figura representa a relação entre diversos temas associados à governança corporativa, organizados com base em sua relevância temporal. Observa-se que conceitos como "auditoria", "evidenciações" e "avaliação de desempenho" aparecem mais próximos do início da escala temporal, indicando que esses temas têm sido discutidos há mais tempo no contexto acadêmico e corporativo. Isso sugere que práticas de controle e avaliação sempre foram essenciais para a governança corporativa, refletindo a necessidade de mecanismos de fiscalização e prestação de contas desde períodos anteriores. Além disso, a ênfase nesses tópicos demonstra sua relevância contínua na mitigação de riscos e na transparência organizacional.

Por outro lado, termos como “compliance”, “cooperativas de saúde” e “Instituição Financeira” aparecem em tonalidades mais recentes, indicando que são discussões emergentes ou que ganharam maior destaque nos últimos anos. A crescente relevância

desses conceitos reflete um movimento de ampliação do escopo da governança corporativa, que agora engloba não apenas o controle financeiro, mas também a conformidade regulatória, a sustentabilidade e a responsabilidade social. Isso demonstra a evolução das expectativas dos stakeholders, que passaram a exigir das organizações um compromisso mais amplo com a ética, a equidade e o impacto social positivo.

Figura 3 - Análise do Mapa de Densidade do Item



A partir da análise, observa-se que o termo “governança corporativa” aparece com grande destaque, indicando que é o eixo central das publicações evidenciadas. Além disso, palavras-chave como “transparência”, “compliance” e “fraudes” também apresentam alta densidade, evidenciando que esses temas são amplamente abordados na literatura.

Outro ponto relevante é a formação de agrupamentos de palavras relacionadas. Por exemplo, há uma conexão forte entre “governança corporativa” e “transparência”, o que indica uma relação direta entre essas duas áreas de estudo. Da mesma forma, “compliance” aparece vinculado a “instituição financeira” e “cooperativas de saúde”,

evidenciando um interesse na aplicação de boas práticas regulatórias nesses setores. Já termos como “auditoria”, “avaliação de desempenho” e “evidenciações” formam outro cluster, demonstrando um foco na prestação de contas e no monitoramento organizacional.

A análise também revela algumas tendências de pesquisa. A presença de palavras como “fraudes”, “bancos” e “deslistagem” sugere um interesse crescente nos desafios de governança no setor financeiro. Além disso, expressões como "responsabilidade social empresarial" e "companhia de água e esgoto" indicam que há estudos voltados para governança e impactos ambientais e sociais.

Por outro lado, algumas áreas parecem ser menos exploradas. Termos como “administração pública” e “instituições de ensino superior” aparecem com menor intensidade, o que pode representar oportunidades para futuras pesquisas. Isso sugere que a governança corporativa no setor público e educacional ainda não recebe a mesma atenção que outras áreas, abrindo espaço para novos estudos.

Figura 4 - Análise do Mapa de Densidade do Conjunto



Cluster 1 (palavras: Compliance, Cooperativas de saúde, Cultura organizacional, Esg, Gestão de compliance, Instituição financeira, Programa de compliance, Regulamentação sanções financeiras.)

Cluster 2 (palavras: Brasil, Conflito de interesse, Conselho de administração, Direitos dos acionistas, Índice de governança corporativa, Transparência.)

Cluster 3 (palavras: Auditoria, fraudes, gerenciamento de riscos, mercado de capitais, ética nos negócios).

Cluster 4 (palavras: Auditoria, avaliação de desempenho, estratégia, evidenciações, planejamento).

Cluster 5 (palavras: companhia de água e esgoto, institucionalização, instituições de ensino, responsabilidade social, ética empresarial).

Cluster 6 (palavras: Criação de valor, deslistagem, governança corporativa, índice de governança corporativa, performance organizacional).

Cluster 7 (palavras: Bancos, ocde, relato integrado).

Cluster 8 (palavras: Administração pública, governança pública, prestação de contas).

Cluster 9 (palavras: clubes de futebol, equações estruturais).

A governança corporativa e a ética empresarial no ambiente empresarial são fundamentais para a continuidade e a reputação das organizações em diversos setores. Cada elemento identificado nos agrupamentos auxilia na compreensão desses conceitos e na sua implementação prática.

O primeiro cluster enfatizou a importância da gestão da conformidade das cooperativas médicas e instituições financeiras, bem como a importância da regulamentação financeira e das penalidades. Esses componentes garantem o cumprimento das normas, reduzem riscos jurídicos e fortalecem a cultura organizacional alinhada às diretrizes ESG (ambientais, sociais e de governança), incentivando a transparência e a responsabilidade corporativa. Ademais, a incorporação de princípios ESG intensifica a responsabilidade social e ambiental das entidades, alinhando-se às demandas do mercado e da sociedade. Garcia e Libânio (2021, p. 23) argumentam que a gestão de compliance nas organizações de saúde desempenha um papel importante no aumento da transparência, na adesão às normas e na redução dos riscos legais e operacionais. Os autores enfatizam que a implementação de um verdadeiro programa de compliance não se limita ao cumprimento de leis e regulamentos, mas inclui também a integração de valores éticos e de governança corporativa, afetando diretamente a cultura organizacional. Além disso, destacam que a adoção de princípios ESG pode aumentar a sustentabilidade e a confiança das partes interessadas.

O segundo cluster trata de temas-chave da governança corporativa no Brasil, como conflitos de interesses, direitos dos acionistas e ética. O desempenho do conselho e a

implementação de indicadores de governança corporativa são fundamentais para a confiança do mercado, salvaguardando os direitos dos investidores e reforçando as boas práticas empresariais. A existência de um conselho atuante e independente minimiza os conflitos de interesses e assegura que as decisões estratégicas sejam realizadas de maneira imparcial, visando o benefício da organização e de seus stakeholders. Além disso, proteger os direitos dos acionistas e praticar a transparência são importantes para aumentar a confiança do mercado e melhorar os padrões de governança. O Índice de Governança Corporativa (IGC) representa as práticas de governança corporativa adotadas pelas empresas que participam da bolsa de valores, servindo como um guia para investidores e outros participantes do mercado. Cardozo (2005, p. 41-46) acredita que a governança corporativa no Brasil desempenha um papel importante no aumento da transparência, na redução de conflitos de interesses e no fortalecimento dos direitos dos acionistas. A existência de um conselho de administração independente e atuante é um dos pilares fundamentais que garante uma tomada de decisão justa e no interesse da organização e dos investidores. Além disso, o autor sublinha que a adoção de boas práticas empresariais, combinadas com mecanismos eficazes de controle e auditoria, é necessária para restaurar e manter a confiança nos mercados de capitais. O Índice de Governança Corporativa (IGC) tornou-se uma importante referência para avaliar a qualidade da governança corporativa, orientando investidores e demais stakeholders na análise de riscos e oportunidades.

O terceiro cluster centra-se na auditoria, fraude e gestão de riscos no setor financeiro. A auditoria e a ética num ambiente de negócios são fundamentais para prevenir fraudes, garantir a autenticidade das informações financeiras e garantir a confiança das partes interessadas e a integridade corporativa. De acordo com Cardozo (2005, p. 44), a adoção de práticas rigorosas de auditoria aliada a uma cultura ética no ambiente corporativo é essencial para prevenir fraudes e garantir a proteção das informações financeiras, assegurando a confiança das partes interessadas e a integridade das organizações. Em síntese, a integração entre governança corporativa e ética empresarial contribui significativamente para a redução de riscos, o fortalecimento dos

mecanismos de controle e a eficiência dos mercados de capitais, ao promover uma cultura organizacional fundamentada na responsabilidade.

O quarto cluster destaca auditoria, avaliação de desempenho, estratégia e planejamento. Estes componentes são a base de um modelo de governança que valoriza a eficiência operacional e a tomada de decisões baseadas em evidências, garantindo a sustentabilidade e competitividade da entidade no longo prazo. Além disso, a definição de diretrizes claras e bem estruturadas orienta as decisões em alinhamento com os interesses dos diversos envolvidos. A comunicação precisa e acessível das informações institucionais fortalece a confiança do público e facilita a tomada de decisões estratégicas. Conforme Fajardo e Wanderley (2010, p. 98), as auditorias de gestão e a avaliação de desempenho, realizam um papel estratégico na otimização da eficiência operacional e na promoção da sustentabilidade institucional a longo prazo.

No quinto cluster, nota-se a ligação entre empresas de saneamento, instituições de ensino, responsabilidade social e ética empresarial. A gestão dessas entidades deve priorizar a formalização de práticas eficazes, incentivar a responsabilidade socioambiental e a transparência na gestão dos serviços essenciais. O compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a geração de resultados positivos para a coletividade reforça a necessidade de atuação baseada em valores sólidos e condutas alinhadas aos padrões esperados. Conforme apontado por Mac Lennan, Semensato e Oliva (2015, p. 457), as instituições de ensino superior desempenham um papel essencial na promoção da responsabilidade social empresarial (RSE), sendo que a transparência e a governança corporativa são elementos fundamentais para fortalecer a relação com os stakeholders. No contexto das empresas de saneamento, essa mesma lógica se aplica, uma vez que a adoção de práticas estratégicas de RSE pode potencializar o impacto positivo dessas organizações na sociedade, garantindo não apenas a conformidade legal, mas também a construção de um ambiente institucional mais ético e sustentável.

O sexto cluster aborda a geração de valor, a deslistagem e os índices de governança corporativa, destacando a conexão entre governança e desempenho

organizacional. A utilização de estatísticas e indicadores específicos possibilita a análise de desempenho e a identificação de oportunidades de aprimoramento, permitindo a adaptação à exigência do ambiente corporativo. Em alguns casos, as decisões estratégicas podem levar à reestruturação da presença no mercado, considerando fatores internos e externos que impactam a trajetória da instituição. Segundo Bortolon e Silva Junior (2015, p. 119), a governança corporativa exerce influência na decisão de deslistagem das companhias de capital aberto, sendo que fatores como estrutura de propriedade e concentração acionária se destacam como determinantes nesse processo. Companhias que apresentam maior concentração de controle acionário tendem a ter uma maior probabilidade de deslistagem, uma vez que os acionistas controladores possuem maior autonomia para reestruturar a presença da organização no mercado. Além disso, a governança corporativa pode impactar diretamente a geração de valor e a percepção de risco por parte dos investidores, reforçando a necessidade de práticas transparentes e alinhadas às expectativas do mercado financeiro.

No sétimo cluster, é crucial a governança bancária e a conformidade com as orientações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), para a transparência e a implementação do relato integrado. Esses elementos reforçam a confiabilidade das informações financeiras e fomentam a responsabilidade empresarial diante de investidores e da sociedade. A harmonização de normas e práticas conforme padrões internacionais contribui para a padronização e a melhoria dos processos, promovendo maior alinhamento entre os diferentes agentes econômicos. Além disso, a disseminação de informações de forma estruturada e abrangente possibilita uma visão mais clara sobre o desempenho e os impactos das atividades envolvidas, permitindo uma tomada de decisões mais assertivas. Segundo Tavares et al. (2018, p. 247), a transparência e a governança corporativa desempenham um papel central na conformidade das instituições bancárias com as diretrizes da OCDE e no processo de relato integrado. A adesão a esse modelo promove a confiança entre investidores e stakeholders, garantindo que as informações financeiras e operacionais sejam apresentadas de maneira clara e estruturada.

O oitavo cluster destaca a governança pública, a transparência e a gestão pública. A transparência e a supervisão social são fundamentais para a efetividade das políticas públicas e para a integridade na administração dos fundos públicos, garantindo a confiança da população nas instituições. A adoção de práticas que garantem o controle e a fiscalização das atividades envolvidas contribui para o aprimoramento dos processos e para a mitigação de riscos, garantindo o cumprimento das diretrizes condicionais. Segundo Lima et al. (2011, p. 80), a institucionalização da responsabilidade social nas organizações está associada à transparência e à governança, sendo essas práticas fundamentais para a credibilidade das instituições e para o fortalecimento da confiança da população.

Por fim, o nono cluster discute a governança nos clubes de futebol e a aplicação de equações estruturais para avaliar a gestão e o rendimento. A utilização de métodos avançados de análise permite avaliar o impacto de diferentes variações na administração, possibilitando a tomada de decisões mais assertivas e alinhadas com os objetivos estratégicos. Além disso, uma implementação de diretrizes que assegure a eficiência operacional e a mitigação de riscos contribui para um melhor desempenho organizacional. Rezende e Dalmácio (2015, p. 106) destacam que a adoção de boas práticas de governança corporativa, pautadas na estrutura de conselhos e prestação de contas, impacta positivamente tanto no rendimento esportivo quanto na sustentabilidade financeira dos clubes. A utilização de modelos estruturais para análise permite identificar relações significativas entre os níveis de governança e o desempenho econômico-financeiro, evidenciando a importância da profissionalização da gestão e da implementação de diretrizes que assegurem a eficiência operacional e a mitigação de riscos.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu uma reflexão sobre a importância da governança corporativa e da ética empresarial. Ao longo do estudo, ficou evidente que esses dois pilares são fundamentais não apenas para a sustentabilidade e a transparência das empresas, mas também para a construção de relações sólidas e de confiança com os stakeholders.

Mais do que um conjunto de normas e diretrizes, governança corporativa e ética empresarial representam valores que devem ser enraizados na cultura organizacional, refletindo-se em cada decisão tomada e em cada interação realizada. A pesquisa demonstrou que empresas que incorporam princípios de transparência em sua estrutura alcançam maior estabilidade e reconhecimento no mercado.

Os resultados evidenciaram que a ética empresarial e a governança corporativa estão intrinsecamente interligadas, influenciando diretamente a tomada de decisões estratégicas e a sustentabilidade a longo prazo das organizações. A implementação de boas práticas de governança não apenas aprimora o desempenho financeiro e a reputação institucional, mas também contribui para a equidade na relação entre investidores, gestores e demais partes interessadas. Além disso, o estudo indicou que a governança corporativa não se restringe ao setor privado, sendo um elemento crucial também para a administração pública e para o terceiro setor, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos.

Entretanto, ainda há desafios a serem superados, principalmente no que se refere à implementação eficaz dessas práticas em diferentes setores e contextos. Diante disso, reforça-se a necessidade de políticas públicas e iniciativas privadas que incentivem a disseminação da governança corporativa e da ética empresarial, garantindo que tais princípios se tornem a base para um mercado mais justo e sustentável.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de análises comparativas entre diferentes setores econômicos e contextos internacionais, permitindo identificar melhores

práticas e desafios na implementação da governança corporativa e da ética empresarial. Além disso, a investigação sobre a influência de fatores culturais, regulatórios e estruturais poderá fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas de governança, adaptando-as às particularidades de cada contexto

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, H.; DE LUCA, M. M. M.; HOLANDA, A. P.; PONTE, V. M. R.; SANTOS, S. M. **Código de Conduta: Grau de Adesão às Recomendações do IBGC pelas Empresas Listadas na BM & FBovespa**. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 11, n. 1, p. 4, jan./mar. 2014.
- BACKES, Rosemary Gelatti; BIANCHI, Marcia; RATHKE, Veranise; GASSEN, Viviane Joseli Kruger. **Governança corporativa e performance organizacional**: v. 28, n. 2, p. 60,61,62,63,65,70 maio/ago. 2009.
- BAIER, E.; ALIEVI, R. M.; BORTOLASO, I. V. **Ética e Integridade Corporativa: Análise em uma Empresa Multinacional**. *Revista de Administração IMED*, Passo Fundo, v. 10, n. 1, p. 148, 149, 160, jan./jun. 2020.
- BORTOLON, P. M.; SILVA JÚNIOR, A. **Deslistagem de Companhias Brasileiras Listadas na Bolsa de Valores: Evidências Empíricas sobre a Governança Corporativa**. *BBR Special Issues*, Vitória-ES, p. 98, 2015.
- CARDOZO, Júlio Sérgio de Souza. **Governar Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro. Pág. 41, 44,55, 46. 2005.
- DE BENEDICTO, Samuel Carvalho; GUIMARÃES JUNIOR, Ernani de Souza; PEREIRA, José Roberto; ANDRADE, Gustavo Henrique Nogueira de. **Governança corporativa: uma análise da aplicabilidade dos seus conceitos na administração pública**. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 15, n. 2, p. 286, 291, 2013.
- FAJARDO, J. M. WANDERLEY, C. A. N. **Planejamento estratégico e auditoria de gestão: similaridades com o modelo COSO**. *Contexto*, Porto Alegre, v. 10, n. 17, p. 93, 97, 1º semestre 2010.
- GARCIA, Renata Adriani; LIBÂNIO, Cláudia de Souza. **A GESTÃO DO COMPLIANCE EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE**. *UMREUNA*, Belo Horizonte - MG, Brasil, v. 1, pág. 23, janeiro-mar. 2021.
- LENNAN, M. L. F. M.; SEMENSATO, B. I.; OLIVA, F. L. **Responsabilidade Social Empresarial: Classificação das Instituições de Ensino Superior em Reativas ou Estratégicas sob a Ótica da Governança Corporativa**. *Revista de Gestão – REGE*, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 457, out./dez. 2015.
- LIMA, Teresa Cristina Aguiar; CABRAL, Augusto César de Aquino; PESSOA, Maria Naiula Monteiro; SANTOS, Sandra Maria dos; NASCIMENTO, Débora Cardoso do. **A institucionalização das práticas de responsabilidade social: um estudo da Companhia de Água e Esgoto do Ceará**. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 1, pág. 82, jan./jun. 2011.

NAKAMURA, EAMV, WT, & JONES, GDC 2019. **Necessidade de estrutura de compliance nas instituições financeiras**. *Revista Gestão & Tecnologia*, P. 260,262-263.

REZENDE, aj, DALMÁCIO, fz. 2015. **Práticas de governança corporativa e indicadores de desempenho dos clubes de futebol: uma análise das relações estruturais**. *Contabilidade, Gestão e Governança*, P. 106,113 e 116.

RIBEIRO, Lidiane. **A controladoria como mecanismo interno de governança corporativa: um estudo envolvendo empresas de países relacionados aos modelos de governança corporativa anglo-saxão, alemão e latino-americano**. 2006, P. 16, 17, 82, 87.

SILVA, Vaner Guimarães da; GOMES, Josir Simeone. **O uso do código de conduta ética como instrumento de controle gerencial: estudo de casos em empresas internacionalizadas**. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 2008, p. 112, 114, 116.

SOARES, Francisco Wanderley Lima; MACHADO, Diego de Queiroz; GUIMARÃES, Daniel Barboza; MACEDO, Alana Katiely Azevedo de. **Governança corporativa em cooperativas de saúde: um estudo de caso na Unimed Fortaleza**. *Revista de Governança Corporativa (RGC)*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 52, jun. 2019.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; PARISOTTO, Iara Regina dos Santos; MACHADO JUNIOR, Celso; BARBIERI, José Carlos. **Estudo bibliométrico de teses e dissertações de programas stricto sensu em administração sobre responsabilidade social empresarial**. *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 64, jan./fev./mar. 2013.

TAVARES, Lúcia Maria; HENRIQUE, Valesca Dias; MANOEL, Jorge Roberto; SANTOS, Fernando de Almeida; SANTOS, Neuma Maria Bastos Fernandes dos. **Governança corporativa na estrutura conceitual do relato integrado: divulgações das instituições bancárias brasileiras**. *Revista ENIAC Pesquisa*, Guarulhos (SP), v. 7, n. 2, p. 246-265, jul.-dez. 2018.